CARTA ABERTA

Garantir a liberdade das ONGs é defender o interesse nacional

No dia de hoje, 9, tomamos conhecimento por meio da reportagem <u>"Governo Bolsonaro planeja norma para controlar ação de ONGs na Amazônia"</u>, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de que consta entre as metas do Conselho da Amazônia "obter o controle de 100% das ONGs que atuam na Região Amazônica, até 2022, a fim de autorizar somente aquelas que atendam os interesses nacionais". Tal meta se relacionaria à ação de "criar marco regulatório para atuação das ONGs" expressa nos documentos oficiais do Conselho.

A atuação de organizações da sociedade civil é a expressão viva do pluralismo de ideias e sua liberdade está garantida na Constituição. Querer controlá-las é, em última instância, tentar silenciar liberdades constitucionais. O Supremo Tribunal Federal, em 06/03/2019, decidiu que "são inconstitucionais os dispositivos legais que tenham a nítida finalidade de controlar ou mesmo aniquilar a força do pensamento crítico, indispensável ao regime democrático"

Desta forma, é gravíssima e repugnante a informação de que, em reuniões oficiais e que envolvem um grande número de ministérios, integrantes do atual governo apresentem de forma expressa propostas que afrontam a democracia no país. A Constituição brasileira veda qualquer tipo de interferência do Estado na criação, no funcionamento ou mesmo no posicionamento das organizações da sociedade civil brasileiras. É cláusula pétrea a autonomia da sociedade civil assim como a liberdade de imprensa e a liberdade econômica. As propostas citadas na reportagem, e constantes em documentos de circulação interna do governo, somente encontram parâmetros em outros regimes autoritários ao redor do mundo, nos quais as liberdades de imprensa, de livre manifestação e de associação foram suprimidas para dar espaço a autocracias ditatoriais.

Os ataques e as perseguições do governo Bolsonaro à sociedade civil são uma lamentável constante em sua atuação política. Iniciativas com intuito de controle das ONGs já foram anteriormente apresentadas pelo Poder Executivo e rechaçadas pelo Parlamento Brasileiro - como no caso da Medida Provisória (MP) 870/2019. Também em

dezembro de 2019, agentes da Agência Nacional de Inteligência (Abin) foram à Cúpula do Clima (COP25) para monitorar (espionar) ONGs brasileiras ali presentes. Além disso, no Brasil, não foram poucas as vezes que o próprio Presidente da República desdenhou da Constituição, participando de manifestações cujos propósitos atentavam contra os demais poderes da União. Em declaração recente, Bolsonaro chegou a reclamar por não conseguir "matar esse câncer chamado ONG".

Apesar da insistente e repugnante campanha de difamação das ONGs por parte de agentes do governo, vale lembrar ainda que já existe no ordenamento jurídico brasileiro regulamentação para organizações do terceiro setor - o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), composto pela <u>Lei n. 13.019/2014</u> e <u>Decreto n. 8.726/16</u>.

O Conselho Nacional da Amazônia Legal, colegiado inepto, sem participação social e de resultado quase nulo na defesa da floresta, deveria apresentar ao país algum plano para a diminuição do desmatamento, do crime ambiental, da grilagem e das queimadas. Ao invés disso, o que vemos é a confecção de um plano para silenciar os críticos ao governo e para sufocar a democracia.

Sob Bolsonaro, a democracia, assim como as florestas e seus habitantes, correm enormes riscos. Neste sentido, as organizações abaixo assinadas conclamam toda sociedade brasileira para se somar às iniciativas de defesa dos direitos dos povos indígenas e dos povos tradicionais e em apoio a luta na defesa da Amazônia, da democracia e dos direitos constitucionais.

Assinam:

- 1. ACT Promoção da Saúde
- 2. AMAR Associação de Defesa do Meio Ambiente de Araucária
- 3. Amigos da Terra Amazônia Brasileira
- 4. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil APIB
- 5. ARTIGO 19
- 6. Associação Brasileira de ONGs Abong
- 7. Associação Mineira de Defesa do Ambiente Amda
- 8. Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas no Acre (AMAAIAC)
- 9. Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida APREMAVI
- 10. Associação Mico-Leão-Dourado
- 11. Centro Brasil no Clima
- 12. Cidades Afetivas
- 13. COESUS Coalizão Não FRACKING Brasil
- 14. Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre)
- 15. Conectas Direitos Humanos
- 16. Delibera Brasil
- 17. FASE Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
- 18. Fórum Brasileiro de ONGs FBOMS
- 19. Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena FNEEI
- 20. Fundação Grupo Esquel Brasil
- 21. Fundação SOS Mata Atlântica

- 22. Fundação Tide Setubal
- 23. Geledés Instituto da Mulher Negra
- 24. Gestos Soropositividade, Comunicação e Gênero
- 25. Greenpeace Brasil
- 26. Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (GT 2030)
- 27. Iniciativa Verde
- 28. Instituto Alana
- 29. Instituto Çarakura
- 30. Instituto Centro de Vida ICV
- 31. Instituto Climainfo
- 32. Instituto Clima e Sociedade ICS
- 33. Idec Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
- 34. Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- 35. lepé Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
- 36. Instituto de Defesa do Direito de Defesa IDDD
- 37. Instituto de Estudos Socioeconômicos Inesc
- 38. Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia Ipam
- 39. Instituto Democracia e Sustentabilidade IDS
- 40. Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia Imazon
- 41. Instituto Fé, Paz e Clima
- 42. Instituto Global Attitude
- 43. Instituto Humanista para Cooperação e Desenvolvimento Hivos
- 44. Instituto Igarapé
- 45. Instituto Internacional ARAYARA
- 46. Instituto Internacional de Educação do Brasil
- 47. Instituto MIRA-SERRA
- 48. Instituto Pro Bono
- 49. Instituto Socioambiental ISA
- 50. Instituto Sou da Paz
- 51. Instituto Talanoa
- 52. Mapa Educação
- 53. Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais
- 54. Observatório do Carvão Mineral
- 55. Observatório do Clima
- 56. Observatório do Código Florestal
- 57. Observatório do Petróleo e Gás
- 58. Organização De Desenvolvimento Sustentável ODS
- 59. Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC)
- 60. ponteAponte
- 61. Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político
- 62. Processo de Articulação e Diálogo, PAD
- 63. Projeto Saúde e Alegria
- 64. Rede Conhecimento Social
- 65. Rede das Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica RMA
- 66. Rede de Cooperação Amazônica RCA
- 67. Rede Justiça Criminal
- 68. SAVE Brasil Sociedade para a Conservação das Aves do Brasil
- 69. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Animal SPVS
- 70. Terra de Direitos
- 71. Toxisphera Associação de Saúde Ambiental
- 72. Transparência Brasil
- 73. Transparência Capixaba
- 74. Uneafro Brasil
- 75. WWF Brasil
- 76. 350.org Brasil
- 77. Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento- FBOMS